

Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade de Marc Augé. Campinas: Papirus. Trad. Maria Lúcia Pereira. 1994, 111 páginas

Carlos Antônio Mendes de C. Buenos Aires e

*Livia Freitas Fonseca Borges**

Marc Augé traz ao público uma obra instigante para uma nova leitura das dimensões de tempo e espaço históricos, naquilo que denomina supermodernidade. Nesta elaboração temática, quatro demarcações dão corpo ao texto: “O Próximo e o Distante; O Lugar Antropológico; dos Lugares aos Não-Lugares e o Epílogo”. A trajetória textual gira em torno da definição de lugar em contraposição aos não-lugares, sendo que o primeiro tem suas origens na singularidade do local de nascimento de cada indivíduo e o não-lugar um sentido de circulação e escopo de transitoriedade, nos diferentes espaços públicos, cujos atores experimentam relações contratuais com os instrumentos que lhe dão significado.

Argumentando que “a antropologia sempre foi uma antropologia do aqui e do agora” (p. 14), Marc Augé propõe uma antropologia da supermodernidade. O agora refere-se ao contato direto do etnólogo (espaço localizado, “seu aqui do momento”) com aquilo que observa com fins descritivos no momento mesmo em que o objeto de sua observação/descrição se desenvolve (tempo presente) — “o etnólogo é contemporâneo da enunciação e do enunciante”. (p. 15) O aqui, por sua vez, refere-se ao espaço geográfico europeu, ocidental, o próximo em oposição ao distante, o que pressupõe duas diferentes antropologias. Com essa dicotomização entre tempo e espaço, próximo e distante, o autor procura demonstrar o quanto é sofismático o argumento segundo o qual os etnólogos procuram voltar o seu olhar para a Europa devido ao “fechamento dos campos distantes”, ou seja, que a sobrevivência da etnologia

* Carlos Antônio Mendes de Carvalho Buenos Aires é professor da Universidade Federal do Piauí e doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília. Livia Freitas Fonseca Borges é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília.

(o mesmo se aplica à antropologia) enquanto disciplina dependa da existência de seus objetos de investigação tradicionais (“os lugares distantes”).

Augé articula um argumento que põe em evidência a versatilidade do *métier* do etnólogo quanto a abordar questões temáticas que não se limitem aos “lugares distantes”, aos “campos exóticos”; postulando que a guinada de focalização do espaço geográfico, do distante ao próximo, em decorrência da natureza da pesquisa antropológica, enquanto pesquisa que trata a alteridade no presente, simultaneamente em vários sentidos, decorre das transformações aceleradas que se verificam no mundo contemporâneo. Por isso, o autor se refere recorrentemente à expressão “antropologia da contemporaneidade próxima”, contemporaneidade esta que tende, cada vez mais, a atrair o olhar antropológico.

É exatamente com referência a essas transformações aceleradas que ocorrem no mundo contemporâneo que o autor distingue três “figuras de excesso”, que servem para definir o que ele chama de situação de supermodernidade, a saber, a superabundância factual (a figura do excesso de tempo), a superabundância espacial (a figura do excesso de espaço) e a individualização das referências (a figura do ego).

A superabundância factual tem como base de referência a percepção que todos temos do tempo, o modo de como fazemos uso e dispomos dele. Ela alude, segundo o autor, a dois temas fundamentais que constituem dois modos distintos de focar a questão do tempo: o “encalhe” da idéia de progresso e a aceleração da história. Uma série de ocorrências contribuíram para que o encalhe da idéia de progresso se cristalizasse: o fato de que a humanidade, devido às atrocidades das duas Grandes Guerras Mundiais, o totalitarismo, as políticas de genocídio e/ou de “limpeza étnica”, não parece ter alcançado um progresso moral; a extinção dos grandes sistemas de interpretação teórica que pretendiam validar a idéia ilusória de uma história humana universal (o fim das grandes narrativas ou “metanarrativas”); e a dúvida com relação à pertinência de a história ser ou não portadora de sentido.

A aceleração da história, como observa Augé, diz respeito à precipitação célere de uma multiplicidade de acontecimentos cujo ritmo conduz à volatilização ou transfiguração do presente em passado: “Estamos com a história em nossos calcanhars. Ela nos segue como nossa sombra, como a morte” (p. 30). Mas a superabundância factual, expressa pela aceleração da história, adverte Augé, só pode ser amplamente analisada e compreendida considerando concomitantemente a superabundância de informações de que podemos dispor e as interdependências do sistema-mundo. Augé sinaliza que a nossa dificuldade em refletir sobre o tempo não decorre do solapamento da idéia de progresso, e

sim do excesso de acontecimentos que assinalam o mundo contemporâneo; e que o tema da “história em nossos calcanhares” — história iminente e quase imanente — é adjacente ao tema do sentido ou não-sentido da história. Postula também, Augé, que a dificuldade que todos temos em atribuir um sentido ao passado recente, próximo, deriva de nossa exigência em procurar compreender o presente.

A segunda figura do excesso que caracteriza a situação de supermodernidade e que indica a segunda transformação verificada no mundo contemporâneo, conforme o autor, diz respeito ao espaço. O excesso de espaço ou superabundância espacial, de modo paradoxal, corresponde ao “encolhimento” do planeta, não só devido às viagens rumo ao espaço sideral, mas também aos meios de transporte rápidos que reduzem as distâncias, fazendo com que os grandes centros urbanos fiquem apenas algumas horas distantes uns dos outros, e as imagens via satélite que invadem a privacidade das famílias e indivíduos, permitindo-lhes “uma visão instantânea e, às vezes, simultânea de um acontecimento em vias de se produzir no outro extremo do planeta” (p. 34).

A superabundância espacial, inerente ao mundo contemporâneo, provoca o advento de ingentes transformações de natureza física, tais como as migrações populacionais, as grandes concentrações urbanas e a proliferação daquilo que o autor denomina “não-lugares”. É significativo que essa categoria operacionalizada por Marc Augé se alinhe em contraposição à idéia de lugar no sentido de uma unidade cultural situada no tempo e no espaço. Ela alude desde àquelas infra-estruturas que permitem a movimentação acelerada de bens e pessoas, como às estações rodoviárias e ferroviárias, aos aeroportos, às vias expressas, até aos meios de transportes, aos grandes centros comerciais, *shoppings*, assim como aos “campos de trânsito prolongado” (campos de refugiados).

A terceira figura de excesso, a individualização das referências ou referência individual diz respeito à figura do ego, do indivíduo. O que se verifica aqui é o desvio de atenção do olhar antropológico, permutando a abordagem das culturas como texto, pela descrição etnográfica como texto — os campos de estudo dos etnólogos são substituídos pelos estudos implementados por aqueles que pesquisaram tais campos.

Na condição de supermodernidade, diz o autor, o apreço pelas histórias individuais, ou seja, pelas produções de sentido feitas pelos indivíduos, constitui um importante veio de análise a que a história coletiva muito tem destacado; ressaltando ainda que essa produção particular de sentido se origina a partir dos sistemas de representação responsáveis pela forjadura das categorias da identidade e da alteridade. Mas Augé adverte que a particularização dos modos

de ação dos indivíduos quanto a reelaborar a seu modo estratégias cotidianas de vida, face “às opressões globais da sociedade moderna (...) sobretudo urbana” (p.40), embora seja considerada como tema dominante, na atualidade, é nos “fatos de singularidade” que se deveria lançar um olhar acurado. Tais fatos de singularidade referem-se às singularidades dos grupos, dos objetos, à recomposição dos lugares, singularidade esta forçosamente subsumida mediante conceitos com a “homogeneização da cultura”.

Em suma, para Marc Augé, a modalidade essencial, e elemento distintivo, da condição de supermodernidade é o excesso — excesso de tempo, excesso de espaço e excesso de individualização das referências.

Para Marc Augé, a expressão “lugar antropológico” denota “aquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja” (p. 51). O lugar antropológico é ao mesmo tempo *princípio de sentido* para os que nele residem e *princípio de inteligibilidade* para aqueles que se dedicam a observá-lo. Considerando que o lugar antropológico possui escala variável (a casa *kabile*, a choupana *mina* ou *ewe*, as aldeias *ebrié* ou *atié*, o autor observa que todos esses lugares possuem três características comuns, a saber, são formadores de identidades, são relacionais e históricos. Assim, a identidade dos indivíduos é derivada do lugar de nascimento. O lugar de nascimento que serve de suporte identitário a cada indivíduo que nele vive garante a coexistência deste com os outros, junto aos quais desenvolvem um sentimento específico de pertencimento. E ao conjugar identidade e relação, o lugar é também histórico, pois ele se define mediante um mínimo de estabilidade institucional:

(...) todas as relações inscritas no espaço se inscrevem também na duração, e as formas espaciais simples (...) só se concretizam no e pelo espaço (p. 57).

O lugar antropológico, segundo o autor, é inequivocamente geométrico e pode ser compreendido a partir de três formas espaciais simples. Estas formas espaciais simples que configuram o lugar antropológico, e que criam as formas simples de espaço social, são o seguintes: a linha, a interseção das linhas, e o ponto de interseção. Elas evocam respectivamente a idéia de *itinerários ou trajetos* que levam de um lugar para outro e foram concebidos pelos homens; de *cruzamento e praças*, onde os homens transitam, estabelecem relações fugidias e contatos esporádicos; e *centros mais ou menos monumentais* tais como templos religiosos e sedes de governos.

Observa Augé que itinerários, cruzamentos e centros são noções estreitamente articuladas entre si e que desempenham um papel importante tanto na descrição dos tradicionais lugares antropológicos quanto dos contemporâneos. Logo, o que o autor pretende ao precisar a sua definição de lugar antropológico é contrapô-lo à noção de não-lugares, cuja definição, por sua vez, exclui todas aquelas características que servem para conceituar o primeiro, a saber, seu caráter identitário, relacional e histórico.

A idéia do eterno presente como categoria da supermodernidade contrapõe à citação inicial do autor sobre a obra de Starobinski, onde a “Presença do passado no presente que o ultrapassa e o reivindica: é nessa conciliação a essência da modernidade” (p. 71). Assim sendo, na modernidade o passado e a memória não são de todo excluídos, mas colocados em segundo plano e a arte tem o papel de preservá-los.

Segundo Augé, a supermodernidade é produtora de não-lugares, na medida em que entende que “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. (p. 73)

Há de se considerar que o não-lugar, na visão do autor, não existe de forma pura, que lugares se recompõem nele. Enfaticamente, Augé define os não-lugares como sendo

(...) as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados ‘meios de transporte’ (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies de distribuição (...) redes de tv a cabo, entre outros. (p. 74)

A concepção de lugar definida por Michel de Certeau permeia grande parte do texto de Augé, fazendo um contraponto conceitual. Para o primeiro, lugar e espaço têm a mesma conotação. A expressão utilizada diz que o espaço é um lugar praticado, sendo esta uma primeira referência conceitual. A segunda referência compara o espaço e o lugar com a palavra falada. A terceira é decorrente do relato, que “transforma lugares em espaços e espaços em lugares”.

O lugar não pode ser absolutizado, podendo adquirir diferentes significados em diferentes linguagens e interpretações, advindas dos diferentes atores. Os atores aqui podem ser entendidos como os passageiros, os viajantes, aqueles que se deslocam. O fato de passar de um lugar a outro dá um estatuto específico aos nomes dos lugares. O espaço do viajante torna-se então o arquetipo do não-lugar. (p. 80)

O indivíduo e sua relação com o espaço passam a ser dimensões importantes de definição do sentido de lugar e não-lugar na supermodernidade.

Na visão de espaço antropológico de Augé, há uma dupla definição de espaço em relação ao indivíduo. De um lado estão “os espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer)” e de outro “a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”. (p. 87)

As palavras assumem então um papel mediador relevante na relação do indivíduo com o espaço. As imagens geram textos que geram lugares. Referências de lugares localizam e identificam o indivíduo. “A palavra (...) cria a imagem, produz o mito...” (p. 88)

A palavra e os anúncios postos na generalidade da linguagem das máquinas, fabricam o homem médio, numa comunicação unificadora do usuário. O exemplo decorre das máquinas de saldo bancário, dos cartões de crédito, etc.

A linguagem entre uns e outros estabelece com o usuário e o não-lugar uma espécie de contrato, que advém dos modos de usos. “Para ter acesso às salas de embarque de um aeroporto, é preciso, antes, apresentar a passagem ao *check-in*”. (p. 93) Sujeito a toda ordem de controle, pela comprovação de identidade, o passageiro do não-lugar adquire posição de anonimato, que implica estado de inocência, ou seja, comprovação de condições de ir e vir, com base no legalmente estabelecido para o não-lugar.

Retomando as três figuras do excesso que são a superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências (p. 99), Augé relativiza o espaço geográfico na medida em que situa o indivíduo nas regiões de fronteira e em sua própria casa.

A imbricação do antigo e do novo comumente posta na modernidade, na supermodernidade os não-lugares e, em certa medida, a não-temporalidade darão espaços à confluência de elementos de natureza diferente.

O obstáculo que se impõe à relação dos lugares com os não-lugares dá-se no âmbito político, certamente porque demarcação territorial implica relações de poder, que não parecem ocupar a preocupação central do nosso autor de análise, mas que se subentende numa leitura acurada do que poderia ser entendido como consequência dessa relação, que ainda tem como fio condutor o consumo.

É interessante notar o quanto o autor destaca o papel da antropologia na vida social, numa espécie de justificativa e sobrevivência da sua área de profissão. Para ele a “intrusão do território no espaço se expressa pela seguinte equação: terra = sociedade = nação = cultura = religião”. (p. 107)

Numa definição final de não-lugar, compara-o com a liberdade, entendendo esta como sendo uma forma de se escapar da opressão totalitária.

O sentido da etnologia é retomado para dar ênfase na sua missão de estudar as particularidades tribais (uma aldeia, uma empresa), o contexto em

que se inserem e as relações de poder que mantêm nas relações sociais mais amplas. Neste sentido, cabe ao etnólogo a dupla leitura da realidade, que de um lado percebe o contexto, e de outro as suas entrelinhas. Uma terceira leitura da realidade refere-se à exterioridade do fenômeno investigado, numa espécie de visão tridimensional de todo e qualquer objeto de investigação por parte do etnólogo.

Então Augé considera que na supermodernidade parte desse exterior é constituída de não-lugares, que por sua vez são constituídas de imagens. E na relação que o ser humano mantém com a imagem e o poder público o autor chama-nos atenção para o fato de que esta imagem não pode ser vista como um produto de alienação. Para ele

o que é significativo na experiência do não-lugar é sua força de atração, inversamente proporcional à atração territorial, ao peso do lugar e da tradição. (pp. 108-9)

O retorno à história individual toma forma na supermodernidade, como fator identitário dos passageiros dos não-lugares. O indivíduo torna-se a própria referência de sua origem e destino. A análise social passa a não mais ignorar os espaços por onde os indivíduos transitam, o que em certa medida vai construindo o próprio significado do não-lugar.

Numa perspectiva futurista, Augé conclui sua obra prevendo um indivíduo planetário, que terá como valor de unificação a solidariedade. Paradoxalmente a “etnologia da solidão” dará conta da “comunhão dos destinos humanos”.